

30 SET 1980

Sen. Sarney deflagra ofensiva para salvar a Emenda

O presidente do PDS, senador José Sarney, que ontem chegou de Paris, lançou - se à articulação de um movimento destinado a salvar a emenda das prerrogativas, ameaçada de ser arquivada pela disposição dos partidos oposicionistas de rejeitar o substitutivo do relator da Comissão Mista.

— Vou negociar até a última hora - disse o senador maranhense, depois de conversar longamente com os deputados Flávio Marcílio e Djalma Marinho, os principais inspiradores da emenda, juntamente com o deputado Célio Borja, que ainda estava no Rio.

Embora agastados com o que consideram ser a intransigência do Governo em relação à matéria, os deputados mostravam - se dispostos a conversar e já no final da tarde um assessor de Marcílio admitia a hipótese de um acordo com o PP.

Havia, porém, entre eles, inclusive Sarney, a convicção de que o Governo deveria ceder mais alguma coisa, mesmo que seja na parte meramente substantiva da emenda, com o fim de propiciar argumentos aos partidos de oposição que se dispuserem a votar favoravelmente à emenda.

Um deputado do PP, encarregado de vender a idéia junto aos pepistas, observava a propósito, que seu partido não poderia votar uma emenda que deixa intocável um item constitucional, que dá poderes ao procurador - geral da República de suspender o mandato de um deputado.

Ele se referia ao parágrafo quinto do artigo 32, que permite ao procurador "requerer a suspensão do exercício do mandato parlamentar até a decisão final de sua representação pelo Supremo Tribunal Federal.

Uma fonte do PDS admitia, contudo, que este seria um ponto em que o Governo poderia transigir, patrocinando uma emenda que simplesmente suprimisse este artigo. Explicava o informante que o Executivo poderia se sentir seguro com a permanência dos demais itens do mesmo artigo 32, que prevêem o enquadramento de parlamentares na Lei de Segurança Nacional, sem licença prévia de nenhuma das casas.

ARGUMENTAÇÃO

A argumentação em favor da votação da emenda baseia - se no

fato de que ela não retira, antes acrescenta prerrogativas às atualmente existentes. Aloysio Chaves chega a dizer que seu substitutivo incorporou 90% da Emenda Marcílio.

De seu lado, o presidente do Senado, Luís Viana Filho (PDS - BA), que tem procurado manter - se à distância desses entendimentos, por ser parte beneficiada (poderia reeleger - se para o cargo), acha que o arquivamento da emenda seria "uma atitude mais emocional do que racional".

A lógica, no seu entender, é assegurar tudo o que vier de avança e não desprezã - lo, embora manifeste compreensão com a posição dos partidos oposicionistas, que, no seu entender, exercem seu direito de pressionar para obter mais conquista.

Uma coisa, porém, parecia certo: o PDS sozinho não será capaz de aprovar a emenda, porque não há interesse do Governo em fechar a questão, pois sairia desgastado, nem, a totalidade da bancada sairia a comodidade de suas bases eleitorais para vir a Brasília votar uma matéria, que embora lhes diga respeito diretamente, mas que não lhe traga mensagem pessoal imediata.

ACKEL ACHA DIFÍCIL

O ministro Ibañim Abi - Ackel, da Justiça, admitiu ontem que será difícil um acordo político que permita a aprovação da emenda das prerrogativas, essencialmente na questão da inviolabilidade parlamentar. "Depois de uma década sem a inviolabilidade certamente haverá dificuldades para restabelece - la por causa da diversidade de opiniões entre os políticos".

O ministro explicou também que o fato de o PDS inaugurar hoje sua sede em Brasília não significa que o Governo vá assumir posição em favor da representação política para o Distrito Federal, decisão que, segundo ele, demanda reformas na Constituição.

A acrescentou que a recomendação do Presidente João Figueiredo para que os governadores passem à ação com vistas à sucessão em 82 reafirma mais uma vez a disposição oficial de manter o calendário eleitoral, a despeito das opiniões negativas dos partidos oposicionistas.